



CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2019/2020

ENTRE MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, E GRUPO DESPORTIVO DOS CEM PAUS

= APOIO À ATIVIDADE DESPORTIVA =

Considerando que:

O Município de Vila Nova de Gaia dispõe de atribuições, nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/22013, de 12 de setembro, no domínio dos tempos livres e desporto;

A Câmara Municipal tem competência para “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município...”, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma legal;

Incumbe às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos (cfr. Artigo 6.º, 1 da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto);

O Município de Vila Nova de Gaia se propõe fomentar a prática desportiva, bem como contribuir para o melhoramento da ocupação dos tempos livres dos seus munícipes;

Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas Autarquias Locais, na área do desporto, são titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 46º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;

Para efeitos do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, – regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo – entende-se por contrato-programa de desenvolvimento desportivo o contrato

celebrado com vista à atribuição, por parte do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, diretamente ou através de organismos dependentes, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos;

Podem beneficiar da concessão de apoios as associações ou confederações de praticantes, de treinadores e de árbitros, bem como os clubes desportivos, conforme disposto na alínea d) do nº1 do artigo 3º do mencionado Decreto-Lei;

Os contratos-programa de desenvolvimento desportivo integram, no respetivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o programa de desenvolvimento desportivo objeto da comparticipação, nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de outubro;

O Município dispõe do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto, aqui considerado;

A concessão de apoios por parte do Município no âmbito do desporto tem necessariamente de ser compatibilizada quer com as disponibilidades orçamentais do município, em circunstâncias de forte contenção e rigor financeiro, quer com a necessidade de distribuir tais gastos pelas diversas instituições de Vila Nova de Gaia, de forma absolutamente clara e transparente e potenciando a função de cada uma delas junto da comunidade local;

Se impõe o estabelecimento de normas e critérios objetivos na atribuição das verbas disponíveis a cada uma das Instituições como, por exemplo, o número de atletas abrangidos pelas diversas modalidades e a utilização graciosa dos equipamentos municipais para a prática desportiva dos seus atletas.

O Segundo Outorgante é uma instituição com relevantes serviços prestados ao desporto.

Na época desportiva 2018/2019, praticaram na Instituição 62 atletas, distribuídos por uma modalidade.

A Instituição beneficiou da utilização graciosa dos equipamentos municipais para a prática desportiva dos seus atletas.

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, pessoa coletiva n.º 505 335 018, com sede na Rua Álvares Cabral, Vila Nova de Gaia, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Município** ou primeiro outorgante; e

GRUPO DESPORTIVO DOS CEM PAUS, n.º 504 543 652, com sede na Rua de Vila D'Este, - Lote ⁷⁰ ~~53~~, Loja 2 - 4430-569 Vilar de Andorinho, aqui representado por Nuno José Sousa Vieira, que outorga na qualidade de Presidente da Direção, doravante designado como rupo ou segundo outorgante.

É celebrado livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO DO CONTRATO-PROGRAMA)

O presente contrato-programa visa regular o apoio à atividade desportiva desenvolvida pelo segundo outorgante, assim como os moldes em que é efetuada a comparticipação financeira, nos termos do Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado.

CLÁUSULA SEGUNDA

(APOIO FINANCEIRO)

1. O primeiro outorgante atribui ao segundo outorgante o apoio financeiro no montante total de 980,00 € (novecentos e oitenta euros), a pagar até 30 dias após a publicitação do presente contrato.
2. O apoio financeiro referido no número anterior, destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos com a atividade desportiva da instituição.
3. O apoio agora concedido é, nos termos legais, insuscetível de penhora, apreensão judicial ou oneração.
4. Os comportamentos que contrariem os princípios da ética desportiva, por parte de atletas, dirigentes ou sócios das associações, são avaliados pela Câmara Municipal, podendo representar o cancelamento de apoios.

CLÁUSULA TERCEIRA

(INDICADORES DO PROJETO)

No âmbito do projeto objeto do presente contrato-programa é definido como indicador o número de atletas beneficiados com a execução do programa de desenvolvimento desportivo.

CLÁUSULA QUARTA

(OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE)

O Município obriga-se a:

- a) Cumprir as condições e os prazos de pagamento estipulados;
- b) Acompanhar a execução das atividades previstas no Programa de Desenvolvimento Desportivo.

CLÁUSULA QUINTA

(OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO OUTORGANTE)

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

- a) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
- b) Apresentar, até 30 de setembro de 2020, o relatório de execução do presente contrato, conforme minuta que se anexa no final e do qual faz parte integrante;

- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no âmbito do objeto do presente contrato-programa;
- d) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa;
- e) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- a) Organizar a sua contabilidade de forma a registar expressamente o apoio agora concedido e os respetivos custos associados, em conformidade com o artigo 6º, n.º 3 do Decreto de Lei n.º 273/2009, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março;
- b) Fazer referência ao apoio pelo Município, através da menção expressa, "Com o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia", e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação das atividades incluídas no objeto do presente Contrato, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- c) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato-programa.

CLÁUSULA SEXTA

(ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA)

O acompanhamento, controlo e gestão de execução do presente contrato-programa são feitos pelo Município, através Departamento Municipal de Desporto, Cultura e Juventude, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA

(REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA)

1. Os termos do presente contrato-programa podem ser revistos por reformulação das competências da Administração Local previstos na legislação em vigor na matéria objeto do presente contrato-programa ou por iniciativa de uma das partes contraentes mediante acordo escrito entre as partes.

2. Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente contrato-programa são efetuadas por escrito por adenda ao presente contrato-programa, passando a fazer parte integrante do mesmo, subscrita por ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA

(INCUMPRIMENTO, RESCISÃO E SANÇÃO)

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante, mediante notificação escrita, implicando a devolução dos montantes recebidos, e constitui impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

CLÁUSULA NONA

(PRODUÇÃO DE EFEITOS E VIGÊNCIA)

1. O presente contrato-programa produz efeitos a partir da data da sua publicação, nos termos da lei.
2. O presente contrato-programa vigora até à integral realização do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA

(COMUNICAÇÕES)

No âmbito de execução do presente contrato-programa, as informações e comunicações entre os outorgantes são realizadas por correio eletrónico considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

(LEI APLICÁVEL)

1. Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos (CCP), revisto pelo Dec-Lei n.º 111-B/2017, de 31.08 e retificado através da Dec. de Retificação n.º 36-A/2017, o presente Acordo fica excluído da aplicação da Parte II do mesmo diploma legal, nos termos do seu artigo 5º, n.º 4, alínea c).

2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto de Vila Nova de Gaia e demais legislação geral aplicável.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando cada um dos outorgantes na posse de um deles.

Vila Nova de Gaia, 16 de setembro de 2019

Pelo Município de Vila Nova de Gaia
O Presidente da Câmara,



Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Pelo Grupo Desportivo dos Cem Paus
O Presidente



Nuno José Sousa Vieira

- Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 27 de junho de 2019
- Retificado na reunião de 05 de agosto de 2019
- Os encargos relativos ao presente Contrato são satisfeitos pelo orçamento em vigor na rubrica do plano 2001-A-304, Red n.º 2019/3233



**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
DESPORTIVO
= RELATÓRIO DE ATIVIDADE =**

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Nome: _____

Sede: _____

Representante Legal: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ Fax: _____

Endereço Internet: _____ Correio eletrónico: _____

NIPC/NIF: _____

Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA:

APOIO A QUE SE CANDIDATOU:

Atividade Regular

Obras

Eventos

APOIO CONCEDIDO PELO MUNICÍPIO

Financeiro

Material

Logístico

Outro

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

NOTA: SE VERIFICADOS DESVIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE, IDENTIFICAÇÃO DOS MESMOS E SUA JUSTIFICAÇÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS

EQUIPAS FILIADAS E ATLETAS INSCRITOS*

MODALIDADE	CATEGORIA/ESCALÃO	DESPORTOS COLETIVOS/DIVISÃO (Indicar prova que disputaram)	N.º DE ATLETAS

* Só aplicável nos contratos-programa de apoio à atividade regular e para obras

TÍTULOS ALCANÇADOS - COLETIVOS*

DESIGNAÇÃO DE TÍTULO	MODALIDADE (DISCIPLINA)	CATEGORIA	M/F	REGIONAL	NACIONAL	INTERNACIONAL

* Aplicável a todos os Contratos-Programa Desportivos e, ainda, aos Contratos de Patrocínio se o objeto for o apoio à participação da entidade numa ação competitiva

TÍTULOS ALCANÇADOS - INDIVIDUAIS*

DESIGNAÇÃO DE TÍTULO	NOME DO ATLETA	MODALIDADE (DISCIPLINA)	CATEGORIA	M/F	REGIONAL	NACIONAL	INTERNACIONAL

* Aplicável a todos os Contratos-Programa Desportivos e, ainda, aos Contratos de Patrocínio se o objeto for o apoio à participação da entidade numa ação competitiva

PARTICIPAÇÃO EM SELEÇÕES REGIONAIS E NACIONAIS*

NOME DO ATLETA	MODALIDADE	CATEGORIA	REGIONAL	NACIONAL	ESTATUTO DE ALTA COMPETIÇÃO

* Aplicável a todos os Contratos-Programa Desportivos e, ainda, aos Contratos de Patrocínio se o objeto for o apoio à participação da entidade numa ação competitiva

ENTIDADES PARCEIRAS QUE APOIARAM A ATIVIDADE DESENVOLVIDA

ENTIDADES	NATUREZA DO APOIO (FINANCEIRO/LOGÍSTICO/TÉCNICO E OUTROS)	DESCRIÇÃO

A entidade não recebeu qualquer outro apoio para a atividade/projeto/evento para além do concedido pelo Município

UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS PARA A ATIVIDADE

EQUIPAMENTO/ESPAÇO DESPORTIVO	DURAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

A entidade não usufruiu da utilização de equipamentos municipais para a atividade

UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS PARA A ATIVIDADE

DESLOCAÇÕES	OBSERVAÇÕES

A entidade não solicitou transportes municipais para a atividade

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS EFETUADAS

DESPESAS	DESCRIÇÃO	CUSTOS (€)
	INSCRIÇÕES OBRIGATÓRIAS	
	TRANSPORTES E DESLOCAÇÕES	
	ALOJAMENTO	
	ALIMENTAÇÃO	
	ALUGUER DE SISTEMAS DE SOM E LUZ	
	POLICIAMENTO	
	DIVULGAÇÃO	
	BRINDES E LEMBRANÇAS	
	TROFÉUS E MEDALHAS	
	PRÉMIOS	
	SEGUROS	
	OUTROS	
	TOTAL DAS DESPESAS:	

Observações:

1. Todas as despesas devem ser comprovadas com documentação própria.
2. Na rubrica "Outras", deve ser identificado a tipologia das despesas, sob pena de não serem consideradas.
3. Em conformidade com o antigo 20º do Decreto de Lei n.º 273/2009, a entidade beneficiária está obrigada a organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por contrato programa e a identificação de receitas. Tratando-se de um apoio superior a 50.000,00 € (cinquenta mil euros), por ano económico, as contas apresentadas têm que ser certificadas por revisor oficial de contas.

DECLARAÇÃO

A instituição declara que as informações prestadas são verdadeiras e não omitem qualquer facto que possa ter colocado em causa a boa execução do contrato.

Vila Nova de Gaia, ____ de _____ de 20__

O responsável pelo preenchimento da declaração:

Assinatura: _____